

POPULAÇÃO NEGRA: ESCUTA QUALIFICADA A PARTIR DOS PRESSUPOSTO DA PSICOLOGIA CLÍNICA COMUNITÁRIA

BLACK POPULATION: QUALIFIED LISTENING FROM THE MATTER OF COMMUNITY CLINICAL PSYCHOLOGY

Amanda Rafaela Lima SILVEIRA¹, Antonio Hugo Castro RABELO²,
Denise Estefany Dias CAPELA³, Illuska Heloisa Alves de SOUZA⁴,
Livia Maria da Silva NEGREIROS⁵, Mariana Araújo Bichuete CAVALCANTE⁶,
Nilva Francisco dos Santos COSTA⁷, Taís Fonseca da Silva PEREIRA⁸

¹ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Don Orione. E-mail: amandarls¹⁶@gmail.com

² Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Don Orione. E-mail hugocastro.psi@gmail.com

³ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Don Orione. E-mail denise.zerrar@gmail.com

⁴ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Don Orione. E-mail IlluskaSouza@gmail.com

⁵ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Don Orione. E-mail liviamarianegreiros@gmail.com

⁶ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Don Orione. E-mail maribcavalcante@gmail.com

⁷ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Don Orione. E-mail nilvasnt⁴⁹@gmail.com

⁸ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Don Orione. E-mail tais⁰⁴fonseca@gmail.com

RESUMO: O racismo é uma das principais condições de sofrimento elencada por sujeitos que se identificam como negros, no entanto, ele é apenas uma face da dinâmica de relações raciais no Brasil, que não se constitui sozinho, mas a partir da relação entre outras formas de opressão, a saber, os estereótipos, os preconceitos e a discriminação racial, ou a partir da prática de algum destes elementos de forma separada. Tendo em vista esta condição de sofrimento, o presente artigo objetiva, por meio de uma pesquisa-ação, propor uma reflexão através de levantamento de dados bibliográficos, fundamentos teóricos especializados e roda de conversa, enquanto vivência no campo. Os resultados apresentam relatos de sofrimento, dificuldades em relacionamentos interpessoais, discriminação racial em diversos contextos e dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. O trabalho oportunizou a problematização e conhecimentos úteis para a prática profissional em psicologia no contexto das comunidades e, mais especificamente, voltada para as condições de ansiedade, necessidades, e trabalho do psicólogo no contexto em que se insere as pessoas negras.

Palavras-chave: Psicologia comunitária. Condições de sofrimento. População negra.

ABSTRACT: Racism is one of the main conditions of suffering listed by individuals who identify as black, however, it is only a face of the dynamics of racial relations in Brazil, which does not constitute itself, but from the relationship between other forms of oppression. stereotypes, prejudice and racial discrimination, or from the practice of any of these elements separately. Given this condition of suffering, this article aims, through an action research, to propose a reflection through survey of bibliographic data, specialized theoretical foundations and conversation wheel, while living in the field. The results present reports of suffering, difficulties in interpersonal relationships, racial discrimination in various contexts and difficulty in accessing the labor market. The work provided the problematization and useful knowledge for professional practice in psychology in the context of communities and, more specifically, focused on the conditions of anxiety, needs, and work of the psychologist in the context in which black people are inserted.

Keywords: Community psychology; Conditions of suffering; population.

1 INTRODUÇÃO

As ênfases na perspectiva da psicologia social comunitária, citadas por Campos (2014), são a ênfase em termos teóricos e a ênfase do conhecimento que se produz na interação entre o profissional e os sujeitos da investigação. Não se pode fazer psicologia social comunitária a partir da imposição de ideais do profissional ou de suas concepções teóricas constituídas do lado de fora da comunidade. Pode-se, inclusive, afirmar que, em se tratando de comunidades, qualquer imposição que desconsidere os sujeitos, sua constituição, seu espaço e sua história é um ato de profunda agressão. Na concepção de Martín-Baró, não se trata de romper radicalmente ou abandonar todo o conhecimento já construído em psicologia, assim como também não se busca uma inovação, mas construir um saber e um fazer a partir da própria realidade, dos conflitos e dos

problemas que permeiam o cotidiano das pessoas, juntamente com estas pessoas, que podem falar sobre si mesmas e suas concepções melhores que ninguém (ÁLVARO E GARRIDO, 2006).

Campos (2014) assegura que, em termos de metodologia, utiliza-se sobretudo a pesquisa participante, na qual o pesquisador e os sujeitos da pesquisa trabalham juntos, não apenas no sentido de elencar problemas e condições de sofrimento, mas também no sentido de desvendar os mecanismos por trás da realidade, e que fazem com ela se apresente como tal e, mais ainda, pensar, propor soluções, planejar e executar ações de maneira conjunta com os sujeitos do lugar, afinal, a psicologia comunitária não consiste apenas em teorizações, mas também em ação.

Por fim, em termos de valores, Campos (2014) ainda menciona a ética da solidariedade, os direitos humanos fundamentais, assim como a busca da melhoria da qualidade de vida da

população focalizada, conceitos que albergam em si um compromisso ético e político, em termos de exercício pleno da cidadania, da democracia e da igualdade entre pares, e do questionamento das formas de opressão e dominação, e do desenvolvimento de práticas de autogestão, com vista que ela seja socialmente comprometida e libertadora.

A atuação do profissional de psicologia precisou caminhar para um deselitização, procurando revogar a imagem de ciência que só atendia em consultórios fechados e a clientes fixos, onde só uma classe minoritária poderia ter acesso aos seus serviços e ao seu modo de atuar que nada tinha a ver com a realidade da maioria da população do país. Uma parte dos profissionais percebeu a necessidade de compreender a realidade das comunidades, rompendo com as práticas oriundas de outras realidades, as quais não representavam o modo de ser e viver da população brasileira. Trata-se de reconhecer que toda a ação é política e, sendo assim, requer posicionamento. O posicionamento da Psicologia deve ser em defesa de uma sociedade justa e igualitária (CRP/SP, 2007)⁹.

Esta necessidade aliada aos estudos populacionais permitiu que se construísse a psicologia comunitária, visando à mediação da autocrítica dentro da sociedade, de modo a possibilitar a edificação de novos fazeres dentro das comunidades. Deste modo, o psicólogo passou a ser um facilitador do pensamento crítico dentro dos grupos para a sua realidade, e autorreflexão de suas identidades, propiciando atividades transformadoras no meio e nos sujeitos envolvidos.

Uma condição de sofrimento que foi prontamente levantada entre os participantes do grupo foi o racismo que, segundo o Conselho Federal de Filosofia CFP (2017, s/p):

[...] é uma ideologia de abrangência ampla, complexa, sistêmica, violenta, que penetra e participa da cultura, da política, da economia, da ética, ..., enfim, da vida subjetiva, vincular, social e institucional das pessoas [tratando-se de] uma estratégia de dominação que estrutura a nação e cada um de nós e é pautada na presunção de que existem raças superiores e inferiores.

Apesar de se ter elencado uma quantidade significativa de condições de sofrimento, destaca-se que a partir do racismo desdobra-se as demais condições. O que confere à problemática do racismo uma posição central dentro da luta encarada pela população negra, à esta, por sua vez, tem sido historicamente atribuído os lugares mais desqualificados (CFP, 2017).

O racismo, entretanto, é apenas uma face da dinâmica de relações raciais no Brasil. Ele não se constitui sozinho, mas a partir da relação entre outras formas de opressão, a saber, os estereótipos, os preconceitos e a discriminação racial, ou a partir da prática de algum destes elementos de forma separada.

Segundo Costa (2012), os estereótipos são generalizações - positivas ou negativas - e chama atenção para o fato de serem socialmente construídas, constituindo as representações de

⁹ Conselho regional de Psicologia de São Paulo.

um lugar e de um povo, e resultantes de uma percepção social falsa, que contribui para a fixação de características a todos os indivíduos de um mesmo grupo, como se um sujeito representasse todo o coletivo ao qual estaria vinculado, seja de classe, de gênero, de nação e etc.

Os preconceitos por sua vez, são julgamentos, positivos ou negativos formulados sem constatação prévia e fundamentados em representações, sendo elaborados a partir de processos de comunicação e dentro de uma perspectiva sócio histórica (JODELET, 2001). A discriminação racial, por sua vez, refere-se a comportamentos de distinção com prejuízo para negros, podendo se manifestar como privação de direitos ou diferença de tratamento.

Em virtude do modelo de produção implantado no Brasil com a colonização, que utilizou a mão de obra escrava de milhares de negros africanos, ao andarmos por nosso país observamos que maior parte da população brasileira é constituída por negros ou mulatos. Em sua grande maioria, mesmo que a situação de vida da população negra tenha melhorado, as condições não se equiparam à da população branca que detém os índices sociais mais favoráveis comparados às outras etnias existentes no país. Contudo, muitos prejuízos sucederam esse fenômeno, o rendimento salarial da população negra é inferior tornando-os representantes da parcela mais pobre do povo brasileiro, ocupando quase sempre cargos menos expressivos no mercado de trabalho.

Consequentemente, a acessibilidade à maioria dos serviços públicos, de saúde e educação é limitada, aumentando ainda mais a taxa de analfabetismo exclusivamente para essa parcela da população. Embora sejamos miscigenados, ainda

existe no país uma considerável segregação racial, os negros enfrentam diariamente preconceitos, condições sociais inferiores, discriminação social que podem ser identificadas em inúmeros setores. Diante dos resultados do processo colonizador do Brasil, é possível separar do indivíduo os estigmas geradores de sofrimento “negro, pobre, marginal” sem que todos eles sejam atribuídos em cadeia numa co-dependência destrutiva a uma única pessoa?

Existe uma grande quantidade de estereótipos que são cultivados em relação ao homem e à mulher negra. Barreto (2017), por exemplo, ao analisar a reprodução de estereótipos do negro na mídia afirmou que o negro gosta que de samba, mora na favela ou em bairros periféricos, atua no núcleo violento onde há criminalidade, ou ocupa cargos como porteiros, motoristas, secretários e empregadas domésticas. Aqui temos, na concepção do autor, que os estereótipos justificam processos discriminatórios, contribuindo para a manutenção do *status quo*.

Ressalta-se ainda a existência de estereótipos que permeiam os discursos e o cotidiano das pessoas e que veem o negro como criminoso, perigoso, desonesto, preguiçoso, o mais voraz e insaciável (em termos sexuais) e, mais recentemente, como o “mimizento” - visão daquele que fala sobre suas condições de sofrimento e busca a conquista e garantia de seus direitos.

A violência do estereótipo reside no fato de que tais representações influenciam na compreensão que a comunidade negra tem de si mesmo (BARRETO, 2017), e é aqui que entra um dos pontos que foram citados no trabalho passado em sala de aula, a saber, a imagem que a pessoa

negra tem de si, os processos de construção da identidade e os modos de vida que são cultivados.

Desse modo, o CFP (2017) discorre sobre o sentimento de inferioridade que acomete os sujeitos pertencentes à comunidade negra, assim como sentimento de culpa, pelo fato de este não conseguir corresponder às exigências sociais que lhes são violentamente atribuídas através das relações, dos meios de comunicação, e do teor dos discursos das pessoas. Há ainda o sentimento de angústia por esses sujeitos serem submetidos a situações de opressão, o que nos leva a perceber o aspecto subjetivo, construído a partir da objetividade do mundo.

Assim, diante do sofrimento humano causado pela estrutura social na qual se vive, tornam-se notórias as necessidades e carências deste segmento vulnerável da população - a valorização destes sujeitos e sujeitas, sua identidade, sua cultura, o reconhecimento, a aceitação, a garantia dos direitos e o acesso às Políticas Públicas que visem garantir a universalidade, integralidade e equidade.

No fazer psicológico, estas condições de sofrimento precisam ser levadas em consideração, e não se consegue contemplá-las de forma separada do território, do espaço, da história do lugar, de como estas pessoas chegaram a determinada localidade, como se constituíram, como se percebem, como se identificam e se relacionam, de forma individual e comunitária, entre si e com o mundo para fora dali, conforme a proposta de Martín-Baró: é preciso articular teoricamente a partir da realidade social que o pesquisador social pretende analisar (ÁLVARO E GARRIDO, 2006).

No que tange à população negra, precisa-se pensar nas condições apropriadas para o

exercício pleno da cidadania, democracia da igualdade entre os pares questionando as formas de opressão e de dominação, promovendo a auto-gestão e a autonomia pertencente a identidade e a atividade psíquica decorrente do lugar.

2 METODOLOGIA

Convidou-se duas mulheres que se identificam como negras e realizou-se uma roda de conversa no Parque Urbano Ecológico Cimba. Ofereceu-se um café da manhã aos participantes da roda e buscou-se a realização de um rapport no sentido de deixar as pessoas presentes à vontade. Apresentou-se os objetivos do trabalho e propôs-se que as convidadas falassem sobre suas vivências enquanto mulheres negras. A fala foi pontuada pelos demais participantes da roda, além de questionada em alguns pontos.

Ressalta-se que as rodas de conversas advém da pedagogia freiriana e de seu referencial teórico-metodológico da educação popular e que seu uso representa múltiplas possibilidades de produção e ressignificação de sentidos e fazeres, onde as relações de poder podem ser horizontalizadas, os sujeitos podem ser atores históricos e sociais, críticos e reflexivos diante da realidade, a figura de um “mestre” é banida, a fala é entendida como expressão de modos de vida por meio da qual novas possibilidades podem ser construídas (SAMPAIO et. al., 2014).

Esta metodologia é condizente com o preconizado na Psicologia Social Comunitária de permitir aos sujeitos expressarem suas necessidades através de demandas, tornarem-se condutores da própria história, e garantir a autonomia das pessoas e grupos de população a partir da tomada de consciência, termo,

considerado por Sawaia (2015) como expressão fundamental desta área de atuação.

Assim, há predileção quanto ao uso de rodas de conversa em função de sua relação custo-benefício, de seu maior raio de alcance, além da possibilidade de produção de conhecimento e transformação dentro de uma postura ético-política - estes últimos valores cultivados dentro da perspectiva da Psicologia Social Comunitária (CAMPOS, 2015, p. 10; SAMPAIO et. al., 2014, p. 1301).

3 RESULTADOS OBTIDOS

A partir da vivência, foi possível perceber, nos relatos, o sofrimento instalado na população negra, no que se refere a relacionamento interpessoal, pois neste que se encontram algumas dificuldades destas pessoas. Ao iniciar a roda de conversa, foram realizados alguns questionamentos a fim de compreender, a partir do lugar de fala, como estas pessoas se sentem, como é ser negro no Brasil e quais suas dificuldades, vivências e preconceitos vivenciados.

Tendo como base os relatos, pode-se ressaltar o sofrimento psíquico quanto à dificuldade de relacionar-se com o meio social o qual se está inserido, não por sentir-se tímida ou motivos outros, mas sim pela discriminação racial, onde relatam também a dificuldade de obter um emprego, a falta de oportunidades, a discriminação dentro do meio acadêmico e até mesmo no meio familiar. Sendo que nestas interações são expostas falas extremamente ofensivas e agressivas de forma explícita, rejeitando à pessoa por ser negra, críticas pela forma como as mulheres negras permitem manter seus cabelos de forma natural. Dentro do grupo o qual foi trabalhado tem-se um

agravante com relação à discriminação, visto que são mulheres negras, e um adas participantes identifica-se como: mulher negra e homoafetiva.

Partindo dessas identificações como sujeito, pode-se perceber que há uma interseccionalidade a qual este indivíduo pertence e que, diante da sociedade, causará mais sofrimento e adoecimento, pois não perpassa apenas por uma instância racial. Ao realizarmos esta vivência, foi possível promover um espaço de fala livre e sem julgamentos, onde as pessoas participantes expressaram ali sua angústia, e expondo o quão é difícil, pois diante de uma visão social, a pessoa negra não possui o direito de mostrar sua fraqueza, de ser sensível, ou mesmo que posicionar-se em determinadas ocasiões, pois são posturas que causam incômodo.

Nesse sentido, as participantes abordaram também que o negro tem a obrigação de se provar a todo momento, no que fala ou em seus posicionamentos, enquanto o sujeito branco não será tão questionado quanto. A partir da fala destas pessoas visualiza-se que há uma discriminação imposta socialmente, e que ela oprime estes sujeitos de modo que passam a ter a sensação de que não podem falar ou mesmo se expressarem, que para isso é preciso pedir permissão para o branco (que querendo ou não, é a figura opressora). E ao fazer uma reflexão, é possível notar que estas pessoas negras ao passar pelo mesmo corredor que uma branca, por exemplo, não mantém contato visual, ou mesmo passam com suas cabeças erguidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a vivência foi possível perceber que as pessoas negras em ambientes sociais são

estão expostas/vulneráveis ao racismo, onde na maioria dos casos as mesmas não têm a oportunidade de escolher a área em que deseja trabalhar, é constantemente questionada do porquê estar se inserindo em certos lugares, desigualdade no que diz respeito à educação, as oportunidades. O que mais chamou atenção na fala da convidada foi o racismo institucional, pois a própria instituição tem práticas e comportamentos discriminatórios, como a falta de atenção, pela prática de diferenciação no tratamento dos acadêmicos a partir estereótipos raciais, atos de ridicularização dentro da instituição em questão, onde as pessoas envolvidas sempre tem que estar

buscando formas de comprovar suas falas diante de qualquer posicionamento tomado em qualquer contexto que venha a ser vinculado com tomada ou não de decisões.

Por esta prática, acompanhou-se proximamente e observou-se com um outro olhar mais centrado a temática proposta, tudo aquilo visto até então na teoria através de estudos direcionados e assim poder relacioná-los às vivências. Pôde-se também aprender e trocar experiências que serão levadas com carinho e como amadurecimento na aprendizagem pessoal, reconhecendo este processo como uma bagagem importante a se carregar em Psicologia.

REFERÊNCIAS

ÁLVARO, José Luis; GARRIDO, Alicia. **Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: McGraw-Hill. 2006.

BARRETO, Robenilson Moura. **Contribuições psicanalíticas para a compreensão do preconceito racial: um estudo de caso / Robenilson Moura Barreto**. - 2017.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (Org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais: referências técnicas para atuação de psicólogos/os**. Brasília: CFP, 2017.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia e Preconceito Racial**. Caderno Temático vol. 1. São Paulo, 2007.

COSTA, Eliane Silva. **Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira**. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SAMPAIO, Juliana et al. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. **Interface (Botucatu), Botucatu**, v. 18, supl. 2, p. 1299-1311, 2014. Available from <<http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 12-Jun-2019.